

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL

MASTER

CELEBRADO ENTRE

PETRORECÔNCAVO S.A.

E

COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS.

2

MN

JM

RC



ÍNDICE

CLÁUSULA 1 – DEFINIÇÕES DE TERMOS	3
CLÁUSULA 2 – OBJETO.....	7
CLÁUSULA 3 – VIGÊNCIA E INÍCIO DO FORNECIMENTO	8
CLÁUSULA 4 – QUANTIDADES DE GÁS.....	8
CLÁUSULA 5 – COMPROMISSOS DAS PARTES	9
CLÁUSULA 6 – PREÇO DO GÁS	10
CLÁUSULA 7 – FATURAMENTO	11
CLÁUSULA 8 – QUALIDADE DO GÁS.....	11
CLÁUSULA 9 – PAGAMENTO	11
CLÁUSULA 10 – TRIBUTAÇÃO	12
CLÁUSULA 11 - PARADAS PROGRAMADAS E NÃO PROGRAMADAS	13
CLÁUSULA 12 – PROGRAMAÇÃO.....	14
CLÁUSULA 13 – INADIMPLEMENTO, RESOLUÇÃO E INDENIZAÇÃO	15
CLÁUSULA 14 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR	18
CLÁUSULA 15 – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO	18
CLÁUSULA 16 – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	23
CLÁUSULA 17 – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE.....	23
CLÁUSULA 18 – GOVERNANÇA.....	24
CLÁUSULA 19 – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO.....	26
CLÁUSULA 20 – NOVAÇÃO.....	26
CLÁUSULA 21 – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	27
ANEXO 1.....	28



**CONTRATO MASTER DE COMPRA E VENDA DE
GÁS NATURAL CELEBRADO ENTRE
PETRORECÔNCAVO S.A. E COMPANHIA DE GÁS
DO CEARÁ – CEGÁS.**

Este instrumento é celebrado em 12 de novembro de 2025, por:

PETRORECÔNCAVO S.A., companhia de capital aberto com sede na Cidade de Mata de São João, Estado da Bahia, na Estrada do Vinte Mil, km 3,5, Estação São Roque, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 03.342.704/0001-30, e filial na cidade de Mossoró – RN, na Av. Lauro Monte, nº 1010, Abolição, CEP 59.619-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.342.704/0004-83, neste ato representada na forma do seu estatuto social; e

COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS, sociedade com sede na Av. Washington Soares, nº 6475, cidade de Fortaleza e estado de Ceará, CEP 60.830-005, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda – CNPJ, sob o nº 73.759.185/0001-96, neste ato representada na forma de seu estatuto social,

sendo as partes individualmente referidas como "Parte" e, conjuntamente, como "Partes".

CONSIDERANDO QUE:

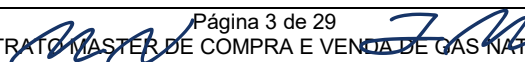
- (i) A PETRORECÔNCAVO S.A. foi habilitada para a etapa de contratação da Chamada Pública 002-2025 realizada pela CEGÁS;
- (ii) as Partes são devidamente autorizadas perante a ANP para a comercialização de Gás; e
- (iii) as Partes desejam realizar transações de compra e venda de Gás sob custódia da Transportadora, por meio de programação para transferência de Quantidades de Gás entre Portfólios, nos termos e condições aqui estabelecidos, conforme as Notificações de Confirmação;

RESOLVEM as Partes celebrar o presente Contrato de Compra e Venda de Gás Natural Master ("Contrato"), que passa a ser regido integralmente pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA 1 – DEFINIÇÕES DE TERMOS

1.1 Qualquer termo ou expressão grafado em maiúsculas e/ou Versalete (Caixa Alta) neste Contrato terá o significado que lhe foi atribuído nesta cláusula, seja no singular ou no plural:

Afiliada: significa, com relação a qualquer Parte, qualquer pessoa física ou jurídica, residente ou com sede no Brasil ou no exterior que (i) seja, direta ou indiretamente, controlada por esta Parte; (ii) controle, direta ou indiretamente, tal Parte; (iii) seja, direta ou indiretamente, controlada por qualquer pessoa que controle, direta ou indiretamente, tal Parte. Conforme utilizado nesta definição, "controle" significa, em uma sociedade ou outra forma de organização comercial, (i) a



titularidade direta ou indireta de mais de 50% (cinquenta por cento) dos direitos de voto e (ii) o poder de orientar ou determinar a orientação da administração ou políticas.

ANP: significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, criada pela Lei nº 9.478, de 06/08/1997, ou qualquer outra entidade que, por força de Lei, venha a substituí-la no futuro.

Arbitragem: significa o procedimento de solução de controvérsia descrito na Cláusula 15 do Contrato.

Árbitro (Primeiro Árbitro, Segundo Árbitro, Terceiro Árbitro): significa um dos integrantes do Tribunal Arbitral, designados conforme item 15.5.3 (ii) do Contrato.

Árbitro Único: significa o árbitro único a ser responsável pela condução e pelo julgamento da Arbitragem expedita, nos termos do item 15.5.3 (i) do Contrato.

Arredondamento: significa o critério de arredondamento abaixo descrito:

(a) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 a 4, o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;

(b) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 a 9, o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

Balanceamento: significa o gerenciamento das injeções e retiradas de Gás no Sistema de Transporte para fins de equilíbrio, nos termos dos Contratos de Transporte.

Câmara: significa a FGV Câmara de Mediação e Arbitragem, responsável pela condução da Arbitragem, conforme previsto na Cláusula 15 do Contrato.

Caso Fortuito ou Força Maior: significa qualquer evento que se enquadre nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos na

CLÁUSULA 14 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

Compradora: significa a Parte identificada em cada Notificação de Confirmação como compradora do Gás.

Contrato: significa este contrato de compra e venda de gás natural, seus eventuais anexos, aditivos e todas as Notificações de Confirmação acordadas pelas Partes.

Contrato de Transporte: significa o contrato de serviço de transporte dutoviário de Gás para injeção no Ponto de Entrada ou retirada no Ponto de Saída, celebrado entre a Parte e a Transportadora, e necessário à programação para transferência do Portfólio de Quantidades de Gás para atendimento deste Contrato.

Dia: significa cada dia calendário do período de vigência do Contrato, tendo início à 00:00h (zero hora) e término às 24:00h (vinte e quatro horas), tendo como referência GMT-3h (Greenwich Meridian Time menos três horas).

Dia Útil: significa qualquer dia em que os bancos sejam obrigados a operar no município de Fortaleza.

Disputa: significa qualquer controvérsia concernente à interpretação ou à execução do Contrato que deverá ser submetida às regras da Cláusula 15 – Solução de Controvérsias e Foro.



Documento de Cobrança: significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de débito, boleto bancário, bem como qualquer outro título ou Notificação emitida por uma Parte à outra para cobrança de valor que deva ser pago, nos termos do Contrato, pela outra Parte.

Encargos Moratórios: significam a atualização monetária com base na variação acumulada do IGP-M ou outro índice que o suceder, acrescida de juros de 1% (um por cento) ao Mês, tudo *pro rata die*, com Arredondamento em 4 (quatro) casas decimais e considerando o período entre a data de vencimento do respectivo Documento de Cobrança e a do seu efetivo pagamento, adicionado de multa de 2% (dois por cento) sobre esse montante atualizado.

Evento de Inadimplemento: significa o evento definido no item 13.1.

Excludentes de Falha de Programação: tem o significado atribuído no item 5.4.

Falha de Programação: significa: i) a programação pela Transportadora de Quantidade de Gás inferior àquela definida como Quantidade Diária Programada de Compra e Venda (QDP), em qualquer caso por ação ou omissão da Vendedora ou da Compradora, conforme o caso, de acordo com o item 5.2 e 5.3; ii) a programação pela Vendedora de Quantidade de Gás inferior àquela definida como Quantidade Diária Contratual, em qualquer caso por ação ou omissão da Vendedora ou da Compradora, conforme o caso, de acordo com o item 5.1; e (iii) desconformidade em relação à Qualidade do Gás, conforme estipulado na Cláusula 8 – Qualidade do Gás

Gás ou Gás Natural: significa o gás natural objeto do Contrato, composto pela mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis.

IGP-M: significa o Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou, para os fins deste Contrato, outro índice que venha a substituí-lo ou que venha a ser acordado entre as Partes em caso de sua extinção.

Início do Fornecimento: significa a data definida na Notificação de Confirmação, referente ao Dia estabelecido para o início do fornecimento.

Lei: significa qualquer espécie de ato normativo (como, por exemplo, lei, decreto, resolução, portaria, seja federal, estadual ou municipal) vigente no Brasil que afete diretamente o cumprimento, por qualquer uma das Partes, das disposições previstas no Contrato.

Leis Anticorrupção: significa, conforme item 18.3 do presente Contrato, a Lei 12.846/13, o *United States Foreign Corrupt Practices Act* de 1977 ou o *United Kingdom Bribery Act*.

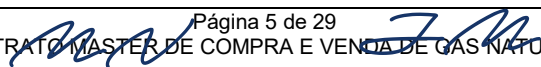
Mediação: significa o procedimento de solução de controvérsia descrito na Cláusula 15 do Contrato.

Mediador: significa o mediador escolhido para realizar a Mediação conforme item 15.3

Mês: significa cada mês calendário de vigência do Contrato, tendo início à 00:00h (zero hora) do primeiro Dia de cada Mês e terminando às 24:00h (vinte e quatro horas) do último Dia de tal Mês.

Metro Cúbico ou m³: significa o volume de Gás que, nas condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals), ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

Notificação: significa qualquer comunicação entre as Partes feita na forma e dirigida aos endereços constituídos na Cláusula 19 – Domicílio E Notificação, cujo recebimento possa ser provado, pela Parte remetente, de forma inequívoca, tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, carta ou comunicação eletrônica, conforme estipulado na referida cláusula.



Notificação de Confirmação: significa o documento que formaliza entre as Partes as condições complementares de cada transação de compra e venda deste Contrato e que, em conjunto com os presentes termos e condições gerais, estabelece compromisso vinculante de compra e venda de Gás entre as Partes, cujo modelo está descrito no Anexo 1.

Notificação de Transação: significam as notificações para troca de titularidade do Gás sob custódia da Transportadora, para fins de Balanceamento, conforme previsto nos Contratos de Transporte.

Parada Programada: significa a situação transitória que resulte em redução no fornecimento ou recebimento de Gás, conforme descrito na Cláusula 11 – Paradas Programadas e Não Programadas.

Parada Não Programada: significa a situação transitória que resulte em redução no fornecimento ou recebimento de Gás, conforme descrito na Cláusula 11 – Paradas Programadas e Não Programadas

Parcela de Molécula (PM): significa a parcela referente à molécula contida no Preço do Gás (PG).

Parcela de Transporte (PT): significa a parcela referente ao transporte contida no Preço do Gás (PG), que reflete os custos do serviço de transporte.

Parte(s): no singular, significa a Vendedora ou a Compradora, conforme o caso; no plural, significa a Vendedora e a Compradora, conjuntamente, conforme definição no preâmbulo deste Contrato.

Parte Indenizante: tem o seu significado atribuído no item 18.3.2.

Parte Notificante: tem o seu significado atribuído no item 18.3.5.

Período de Faturamento: significa cada Mês de fornecimento de Gás no âmbito deste Contrato.

Período de Fornecimento: significa o período definido na Notificação de Confirmação, compreendido entre o início e o término dos Dias estabelecidos para o fornecimento.

Peritagem: significa o procedimento de solução de controvérsia descrito na Cláusula 15 do Contrato.

Perito: significa o perito responsável pelo exame da matéria controvertida eleito conforme item 15.4

Ponto de Entrada: significa o local físico no Sistema de Transporte onde a custódia do Gás é transferida pela Vendedora (ou por terceiro por esta indicado) à Transportadora, sendo, para fins deste Contrato, qualquer dos pontos de injeção de gás na malha integrada da Transportadora.

Ponto de Saída: significa o local físico no Sistema de Transporte onde a custódia do Gás é transferida pela Transportadora à Compradora (ou por terceiro por esta indicado), sendo indicado na respectiva Notificação de Confirmação.

Portfólio: significa o conjunto de capacidades contratadas de transporte, em Pontos de Entrada e Pontos de Saída, pela Vendedora e o conjunto de capacidades contratadas de transporte, em Pontos de Entrada e Pontos de Saída, pela Compradora.

Preço do Gás (PG): significa o preço do Gás, em R\$/m³ (Reais por Metro Cúbico), calculado conforme CLÁUSULA 6 – PREÇO DO GÁS.

Preço do Gás Alocado (PGA): tem o significado atribuído no item 6.1(i).

Preço do Gás da Notificação (PGN): tem o significado atribuído no item 6.1(ii).



Quantidade de Gás: significa determinado volume de Gás em Metros Cúbicos nas condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius), pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals) e poder calorífico superior (PCS), em base seca igual a 9.400 Kcal/m³ (nove mil e quatrocentas quilocalorias por metro cúbico de gás).

Quantidade Diária Alocada (QDA): significa a Quantidade de Gás em base diária que tenha sido efetivamente programada pela Transportadora para transferência para o Portfólio da Compradora, no âmbito do Contrato de Transporte e identificada em tal Contrato de Transporte como "quantidade diária programada", como resultado da nominação pela Vendedora da Quantidade Diária Programada de Compra e Venda (QDP) deste Contrato.

Quantidade Diária Contratual (QDC): significa a Quantidade de Gás que é objeto dos compromissos de compra e venda de Gás estabelecidos em cada Notificação de Confirmação.

Quantidade Diária Nominada Transporte (QDN): significa, em um determinado Dia, a Quantidade de Gás que a Vendedora ou a Compradora, conforme o caso, solicita que a Transportadora programe para transferência de Portfólio entre Vendedora e Compradora, conforme o caso, para fins da compra e venda no âmbito deste Contrato.

Quantidade Diária Programada de Compra e Venda (QDP): significa a Quantidade de Gás que a Vendedora tenha programado, nos termos da Cláusula 12 – Programação, para, no Dia, vender para a Compradora.

Quantidade Diária Solicitada (QDS): significa a Quantidade de Gás solicitada pela Compradora, para compra em determinado Dia, conforme CLÁUSULA 12 – PROGRAMAÇÃO.

Quantidade Faltante (QF): significa a Quantidade de Gás que a Transportadora deixa de programar para transferência de Portfólio entre Vendedora e Compradora, conforme o caso, em razão de Falha de Programação da Vendedora ou da Compradora, calculada conforme item 5.4.1.

Rede de Transporte ou Sistema de Transporte: conjunto de instalações físicas de propriedade do Transportador necessárias à prestação do Serviço de Transporte, incluindo, mas não se limitando a dutos, estações de compressão, estações de medição, estações de redução de pressão, pontos de entrada e pontos de saída, existentes ou que venham a ser instalados.

Representantes: significam, em relação a qualquer das Partes, quaisquer diretores, conselheiros, administradores, empregados, contratados, subcontratados, prepostos a qualquer título, auditores, advogados, consultores, comitentes ou Afiliada, ou, ainda, qualquer pessoa física ou jurídica que participou de negociações entre as Partes e/ou teve acesso a informações confidenciais.

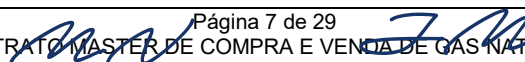
Sentença Arbitral: significa o pronunciamento definitivo a ser emitido pelo Árbitro Único ou Tribunal Arbitral, conforme o caso, às Partes em procedimentos de Arbitragem.

Transportadora: é a Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, empresa autorizada da atividade de transporte de gás natural por meio de gasoduto.

Tribunal Arbitral: significa o tribunal constituído para solução de controvérsias conforme definido no item 15.5.3 (ii) do Contrato.

Vendedora: significa a Parte identificada em cada Notificação de Confirmação como vendedora do Gás.

CLÁUSULA 2 – OBJETO



2.1 Este Contrato tem por objeto estabelecer os termos e condições que irão regular a venda e programação, de um lado, e a solicitação, compra e programação, de outro lado, de Quantidades de Gás, entre as Partes, segundo as condições estipuladas neste Contrato e em Notificação de Confirmação. Para fins deste Contrato, cada Parte poderá atuar ora como Vendedora, ora como Compradora de Gás, conforme identificação na Notificação de Confirmação.

2.2 Todas as condições acordadas pelas Partes em cada transação de compra e venda serão estabelecidas e constarão nas Notificações de Confirmação conforme modelo previsto no Anexo 1 deste Contrato. Para que não restem dúvidas: (i) quaisquer sobreposições ou disposições conflitantes entre a Notificação de Confirmação e este Contrato, prevalecerá o disposto na Notificação de Confirmação.

2.2.1 As Partes deverão providenciar, formalizar e assinar as Notificações de Confirmação, conforme modelo previsto no Anexo 1 deste Contrato, observado as seguintes regras:

(a) A Vendedora deverá enviar por meio eletrônico a Notificação de Confirmação contendo as condições comerciais acordadas pelas Partes para a respectiva transação de compra e venda aos cuidados da Compradora; e

(b) A Compradora deverá assinar a Notificação de Confirmação enviada pela Vendedora em até 2 (dois) Dias Úteis do Dia de recebimento da Notificação de Confirmação conforme item (a) acima.

2.2.2 As Partes estarão legalmente vinculadas através da assinatura digital da Notificação de Confirmação, ainda que não utilizem de certificado digital emitido no padrão ICP-Brasil. Após a assinatura expressa de ambas as Partes, as Notificações de Confirmação serão aceitas como parte integrante do presente Contrato, reconhecidas pelas Partes como título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784, III, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA 3 – VIGÊNCIA E INÍCIO DO FORNECIMENTO

3.1 A eficácia deste Contrato se iniciará a partir da data de sua assinatura, conforme identificada no preâmbulo. O Contrato terá prazo de vigência a partir do dia 1º de janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2027. Após o término da vigência, continuarão válidas e exigíveis, para fins de cumprimento das obrigações pendentes assumidas pelas partes nas respectivas Notificações de Confirmação, as disposições contratuais que, por sua natureza, devam subsistir, incluindo aquelas relativas ao pagamento da fatura referente à última transação de compra e venda realizada entre as Partes.

3.2 O Início do Fornecimento de cada transação de compra e venda, bem como seu término, ocorrerá conforme estabelecido pelas Partes na Notificação de Confirmação.

CLÁUSULA 4 – QUANTIDADES DE GÁS

4.1 Durante o prazo de vigência deste Contrato, a Quantidade Diária Contratual (QDC) para fornecimento de Gás em cada Período de Fornecimento acordado no âmbito de cada transação de compra e venda será estabelecida na respectiva Notificação de Confirmação.

4.2 **Notificações de Transação:** As Partes poderão celebrar Notificação de Confirmação para efetuar entre si a transferência de titularidade de Quantidades de Gás de parte ou da totalidade do saldo de desequilíbrio de Gás no portfólio das Partes perante a Transportadora, por meio de Notificações de Transação (caso solicitado pela Transportadora), observadas as regras tributárias e



regulatórias para troca de titularidade, bem como as previsões dos Contratos de Transporte. Nesse caso, a transferência de propriedade do Gás só terá efeitos após validada pela Transportadora.

4.2.1 Em qualquer caso de transferência de propriedade de Gás entre as Partes no âmbito de uma Notificação de Transação, o Preço do Gás (PG) será estabelecido na respectiva Notificação de Confirmação.

CLÁUSULA 5 – COMPROMISSOS DAS PARTES

5.1. **Compromissos de Programação de Compra e Venda entre as Partes:** A Compradora se compromete a solicitar perante a Vendedora Quantidade Diária Solicitada (QDS) igual à Quantidade Diária Contratual (QDC). A Vendedora se compromete a programar perante a Compradora Quantidade Diária Programada de Compra e Venda (QDP) igual à Quantidade Diária Contratual (QDC), desde que compatível com a disponibilidade de Gás e do Sistema de Transporte de Gás, observadas as disposições sobre Falha de Programação, conforme item 12.1.1 da Cláusula 12 – Programação.

5.2. **Compromisso de Programação da Compradora perante a Transportadora:** A Compradora deverá programar perante o Transportador, para a transferência do Portfólio da Vendedora para o seu Portfólio, a cada Dia, uma Quantidade Diária Nominada de Transporte (QDN) igual à Quantidade Diária Programada de Compra e Venda (QDP) para o correspondente Dia, conforme Cláusula 12 – Programação.

5.3. **Compromisso de Programação da Vendedora perante a Transportadora:** A Vendedora deverá programar perante o Transportador, para a transferência de seu Portfólio para o Portfólio da Compradora, a cada Dia, uma Quantidade Diária Nominada de Transporte (QDN) igual à Quantidade Diária Programada de Compra e Venda (QDP) para o correspondente Dia, conforme Cláusula 12 – Programação.

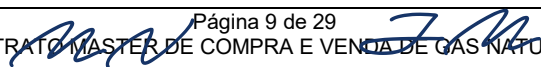
5.4. O descumprimento dos compromissos dispostos nos itens anteriores configurará Falha de Programação. Esses compromissos não serão aplicáveis nas seguintes hipóteses ("Excludentes de Falha de Programação"):

- (i) Caso Fortuito ou Força Maior;
- (ii) Ação ou omissão da outra Parte que inviabilize a nominação ou programação de Quantidades de Gás perante a Transportadora, incluindo ausência ou divergência de nominação;
- (iii) Falhas, interrupções ou suspensões do serviço de transporte atribuídos à Transportadora, incluindo situações de paradas programadas, paradas não programadas ou paradas emergenciais no Sistema de Transporte;
- (iv) Situações de Paradas Programadas e Paradas Não Programadas conforme Cláusula 11;
- (v) Ter a Compradora retirado o Gás em desconformidade na forma da Cláusula 8 – Qualidade do Gás;
- (vi) Acordo expresso entre as Partes pela não aplicabilidade.

5.4.1. Caso seja caracterizada Falha de Programação da Vendedora ou da Compradora, conforme o caso, a Quantidade Faltante (QF) deverá ser apurada de acordo com a fórmula abaixo:

$$QF_j = QDP_j - QN_{FM} - QDA_j ;$$

onde:



QF _j	Significa a Quantidade Faltante de Gás no Dia "j", sendo zero se o cálculo for negativo.
QDP _j	Significa o somatório das Quantidades Diárias Programadas de Compra e Venda (QDP) para o Dia "j" conforme Cláusula 12 - Programação.
QN _{FM}	É a Quantidade de Gás não programada decorrente de Excluentes de Falha de Programação
QDA _m	Significa o somatório das Quantidades Diárias Alocadas (QDA) no Dia "j".

5.5. **Penalidade por Falha de Programação.** No caso de Falha de Programação, em determinado Dia, a Parte em Falha de Programação pagará à outra Parte uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P_{FF(Dia)} = QF \times [0,30] \times PM$$

onde:

$P_{FF(Dia)}$	Significa o valor da penalidade diária por Falha de Programação.
QF	Significa a Quantidade Faltante.
PM	Significa a Parcela de Molécula (PM) vigente no Dia.

5.5.1. A penalidade estabelecida no item 5.5 é a única indenização aplicável à Parte em Falha de Programação neste Contrato por força de Falha de Programação. Nenhuma outra indenização será devida por esta Parte, mesmo que as perdas e danos incorridos pela outra Parte tenham sido superiores ao valor da penalidade.

5.6. As Quantidades Diárias Nominadas Transporte apresentadas pela Vendedora e pela Compradora à Transportadora para os fins desta Cláusula serão determinadas por meio de cópia da respectiva Notificação de nominação de transporte da Vendedora e da Compradora, concomitantemente à sua efetiva apresentação à Transportadora, considerando as previsões do respectivo Contrato de Transporte.

CLÁUSULA 6 – PREÇO DO GÁS

6.1. O Preço do Gás (PG), válido para a data de vencimento dos Documentos de Cobrança e estabelecido em cada Notificação de Confirmação, será constituído pela soma da Parcela de Transporte (PT) e Parcela de Molécula (PM), conforme fórmula abaixo:

$$PG = PM + PT$$

onde:

PG	É o Preço do Gás (PG), expresso em R\$/m ³ com Arredondamento na quarta casa decimal.
PT	É a Parcela de Transporte, expressa em R\$/m ³ , definida conforme Notificação de Confirmação.
PM	É a Parcela de Molécula (PM), expressa em R\$/m ³ , definida conforme Notificação de Confirmação.




CLÁUSULA 7 – FATURAMENTO

7.1 Os valores devidos pela Compradora à Vendedora no âmbito deste Contrato serão faturados através do envio de Documento de Cobrança à Compradora, com inclusão dos tributos devidos sobre os valores faturados.

7.1.1 Os cálculos dos valores unitários constantes do Documento de Cobrança não sofrerão nenhum tipo de Arredondamento após a incidência dos tributos, sendo que o valor total do Documento de Cobrança será arredondado e conterá 02 (duas) casas decimais.

7.2 O valor do faturamento mensal pelas Quantidades de Gás vendidas, para cada operação, será determinado pela aplicação da seguinte fórmula:

$$FAT = \sum_{i=1}^N [PG_i \times QDA_i]$$

onde:

<i>FAT</i>	É o valor do faturamento pelo fornecimento do Gás.
<i>PG</i>	É o Preço do Gás (PG) definido na Notificação de Confirmação.
<i>QDA_i</i>	É a Quantidade Diária Alocada (QDA) para cada Dia do Período de Faturamento.
<i>N</i>	É o número de operações do Período de Faturamento.
<i>i</i>	É o j-ésima operação do Período de Faturamento.

7.2.1 Os Documentos de Cobrança relativos aos fornecimentos de Gás deverão ser apresentados pela Vendedora à Compradora até as 17:00h (dezessete horas) do 5º (quinto) Dia Útil após o último Dia do correspondente Período de Faturamento.

7.3 Qualquer outro valor devido pela Compradora no âmbito deste Contrato deverá ser incluído em Documento de Cobrança a ser enviado pela Vendedora à Compradora no prazo indicado no item 7.2.1.

7.4 Qualquer valor devido pela Vendedora à Compradora no âmbito deste Contrato deverá ser incluído em Documento de Cobrança a ser enviado pela Compradora à Vendedora até as 17:00h (dezessete horas) do 5º (quinto) Dia Útil após o último Dia do correspondente Período de Faturamento.



CLÁUSULA 8 – QUALIDADE DO GÁS

8.1 O Gás a ser entregue pela Vendedora nas malhas de transporte e o Gás retirado pela Compradora, nos respectivos Pontos de Entrada, deverão apresentar características de qualidade que atendam, no mínimo, às especificações da Resolução ANP Nº 982, de 21/05/2025, ou as que venham a substituí-las em razão de disposição normativa superveniente.

8.2 A determinação das características do Gás entregue nos Pontos de Entrada será de responsabilidade do Transportador.

CLÁUSULA 9 – PAGAMENTO

9.1 A Compradora deverá efetuar o pagamento dos Documentos de Cobrança, em moeda corrente do país, emitidos e apresentados conforme Cláusula 7 - Faturamento, até o 15º (décimo quinto) Dia do Mês subsequente ao respectivo Período de Faturamento.

9.2 Em caso de atraso na apresentação do Documento de Cobrança, a data de vencimento será considerada prorrogada por prazo idêntico ao número de dias úteis de atraso, preservando o intervalo entre a data de apresentação e a data de vencimento dos respectivos Documentos de Cobrança.

9.3 Caso surja controvérsia sobre importância cobrada pela Vendedora à Compradora e que não tenha sido resolvida até a data de vencimento do correspondente Documento de Cobrança, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:

- (a) A Compradora deverá enviar Notificação à Vendedora até a data de vencimento do respectivo Documento de Cobrança, informando em detalhes a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia, e efetuar pontualmente o pagamento da importância incontroversa, identificando a parcela sujeita à restituição potencial.
- (b) A Vendedora responderá a Compradora através de Notificação em até 3 (três) Dias Úteis contados do que ocorrer primeiro entre (i) a data de recebimento da Notificação da Vendedora ou (ii) a data do pagamento realizado pela Compradora.
- (c) Caso a Vendedora concorde com a Compradora, deverá reemitir o respectivo Documento de Cobrança, se tal concordância ocorrer antes do seu respectivo vencimento.
- (d) Caso a Vendedora não concorde com a Compradora, a controvérsia poderá ser submetida às regras da Cláusula 15 – Solução de Controvérsias e Foro, devendo qualquer valor final apurado ser pago acrescido dos Encargos Moratórios e de quaisquer multas aplicáveis, desde a data do efetivo pagamento até a data da restituição.

9.4 Havendo controvérsia sobre importância já paga por uma Parte à outra, a Parte que discordar da importância já paga enviará Notificação sobre a controvérsia à outra Parte, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia. Serão aplicáveis, no que couber, os procedimentos descritos no item 9.2.

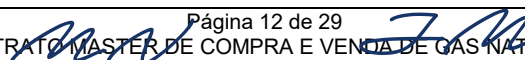
9.5 Os valores devidos pela Vendedora à Compradora no âmbito deste Contrato e que sejam incontroversos poderão ser compensados pela Compradora contra quaisquer valores devidos pela Compradora à Vendedora no Mês seguinte ao da emissão do respectivo Documento de Cobrança.

9.6 Em caso de controvérsia entre as Partes relativa aos Documentos de Cobrança emitidos por uma das Partes no âmbito deste Contrato que não sejam resolvidos por mútuo acordo entre as Partes, qualquer das Partes poderá recorrer ao Poder Judiciário. Qualquer das Partes não terá qualquer direito de compensação ou retenção de pagamentos devidos à outra Parte em razão de quaisquer valores controversos cobrados por esta Parte.

9.7 No caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma Parte à outra, o valor em atraso estará sujeito aos Encargos Moratórios.

CLÁUSULA 10 – TRIBUTAÇÃO

10.1 Os tributos de qualquer natureza que sejam devidos em decorrência direta do Contrato ou de sua execução são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso.



10.2 Os tributos devidos em decorrência direta da execução do Contrato serão incluídos no valor total do Documento de Cobrança por ocasião do faturamento, incluindo a incidência de ICMS, PIS e COFINS.

10.3 A Compradora fornecerá todos os documentos que se fizerem necessários para evitar os ônus decorrentes de eventual responsabilidade solidária da Vendedora, bem como de eventual responsabilidade decorrente de substituição tributária, previstas na legislação tributária, sob pena de sofrer a compensação, na primeira oportunidade, do valor dos tributos, encargos, juros, multas ou outras penalidades pecuniárias eventualmente incidentes.

10.4 Não se entende como tributos devidos em decorrência direta da execução do Contrato aqueles cujo ônus econômico deva ser suportado pela Vendedora, tais como: IRPJ, CSLL, IOF, Contribuições Previdenciárias sobre folha de pagamento, dentre outros.

10.5 Se durante o prazo de vigência do Contrato ocorrer a criação de novos tributos, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, a extinção de tributos existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de tributos ou ainda forem criadas vedações ao aproveitamento de créditos e/ou obrigatoriedade de estorno de créditos de tributos apurados com técnica da não cumulatividade, que, de forma direta, venham a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da Vendedora, o valor faturado será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, mediante Notificação prévia, a diferença decorrente das respectivas alterações.

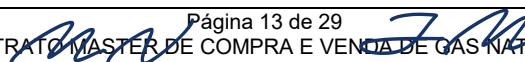
10.6 O preço contratual será imediatamente ajustado, com vistas a expurgar o valor do tributo indevido, nos casos em que qualquer tributo que o componha deixar de ser devido, total ou parcialmente, em razão de: (i) ato declaratório do Procurador Geral de Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado de Fazenda, autorizando a não interposição de recurso ou a desistência de recurso interposto pela União; (ii) súmula vinculante; (iii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ou Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC); (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal ou (v) habilitação ou enquadramento em regime de incentivo fiscal.

10.7 Caso ocorram atrasos no envio de informações necessárias ao faturamento ou erros (i) de programação do volume; (ii) de apuração da QDA ; (iii) de identificação do estabelecimento remetente/destinatário do Gás, que venham acarretar equívocos no cumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, tem-se que eventuais encargos, juros, multas ou outras penalidades pecuniárias, imputados a qualquer das Partes pelo Fisco, serão suportados exclusivamente pela Parte que comprovadamente houver dado causa ao equívoco, por meio de Documento de Cobrança emitido com vencimento do dia 25 (vinte e cinco) do Mês seguinte ao Mês a que se refira ou no 1º (primeiro) Dia Útil imediatamente subsequente.

10.8 As Partes se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) dias contados do envio da Notificação realizada pela outra Parte, todos os documentos solicitados pelos órgãos competentes e exigidos pela legislação de regência, necessários para a recuperação de tributo recolhido indevidamente, inclusive a declaração de não aproveitamento do crédito tributário.

CLÁUSULA 11 - PARADAS PROGRAMADAS E NÃO PROGRAMADAS

11.1 As Paradas Programadas e Não Programadas correspondem a situações transitórias que resultem em redução, total ou parcial, no fornecimento ou no recebimento, para fins de manutenção ou reparo, técnica ou legalmente recomendados, dos equipamentos do sistema de



Transporte, no âmbito do GTA, assim como das infraestruturas de escoamento e processamento do Gás, nas quais ocorrerá redução total ou parcial na entrega do Gás pela Vendedora, conforme o caso. Conforme o caso, a Parte que alegue a restrição deverá encaminhar a documentação aplicável referente a ocorrência das Paradas Programadas e Não Programadas.

11.2 A Quantidade de Gás que não possa ser entregue pela Vendedora em um dado Período de Fornecimento, decorrente de uma Parada Programada ou Não Programada no sistema de transporte, no âmbito do GTA, ou de contrato firmado pela Vendedora com terceiros relacionados com as **infraestruturas** de escoamento e processamento, serão abatidas dos compromissos de entrega da Vendedora e dos compromissos de recebimento da Compradora.

11.2.1 A Quantidade de Gás não entregue, em determinado Dia no Ponto de Entrada, em função da **ocorrência** de uma Parada Programada ou Não Programada será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QPP_j = QDP_j - QDA_j, \text{ onde:}$$

QPP_j:	é a Quantidade Gás não disponibilizada em função da ocorrência de uma Parada Programada e Não Programada no DIA "j";
QDP_j:	é a Quantidade Diária Programada (QDP) para o Dia "j" no Ponto de Entrada; e
QDA_j:	é a Quantidade Diária Alocada (QDA) para o DIA "j" no Ponto de Entrada;

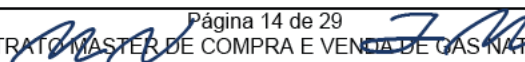
11.2.2 Na hipótese de Parada Programada ou Não Programada que afete a capacidade da Vendedora de entregar Gás a diversos de seus clientes atendidos pelo mesmo sistema ou modal de transporte de Gás empregado para fins deste Contrato, a Vendedora se compromete a não tratar a Compradora de forma discriminatória com relação a outros clientes aplicando-lhe uma redução no fornecimento de Gás de forma equitativa com os demais clientes.

CLÁUSULA 12 – PROGRAMAÇÃO

12.1 **Programação Diária.** Até as 13:00h (treze horas) do Dia anterior ao Dia do fornecimento, a Compradora deverá informar à Vendedora a Quantidade Diária Solicitada (QDS) para o Dia seguinte, a qual não poderá ser superior à Quantidade Diária Contratual (QDC), salvo acordo expresso em contrário entre as Partes.

12.1.1 Até as 15:00h (quinze horas) do Dia anterior ao Dia do fornecimento, a Vendedora deverá, mediante envio de Notificação à Compradora:

- aceitar, como Quantidades Diárias Programadas de Compra e Venda (QDP), as Quantidades Diárias Solicitadas (QDS); ou
- estabelecer Quantidades Diárias Programadas de Compra e Venda (QDP) compatíveis com a disponibilidade de Gás, observadas as disposições de Falha de Programação; ou



- (c) estabelecer Quantidades Diárias Programadas de Compra e Venda (QDP) compatíveis com a disponibilidade do Sistema de Transporte de Gás.

12.1.2 Caso as solicitações da Compradora não se enquadrem nos requisitos previstos no item 12.1, será considerada como Quantidade Diária Solicitada (QDS) a última solicitação da Compradora que tenha se enquadrado nos termos do item 12.1.

12.1.3 Caso a Vendedora não se pronuncie no prazo do item 12.1.1, será considerada como Quantidade Diária Programada de Compra e Venda (QDP) a última Quantidade Diária Programada de Compra e Venda (QDP) expressamente aceita pela Vendedora.

12.2 Programação Intradiária Caso a Compradora solicite alteração na Quantidade Diária Solicitada (QDS) até 12:30h (doze horas e trinta minutos) do mesmo Dia (intradiária), a Vendedora deverá responder a solicitação até as 14:00h (quatorze horas) de mesmo Dia.

12.2.1 Em caso de aceitação pela Vendedora, a nova Quantidade Diária Programada de Compra e Venda (QDP) deverá corresponder à Quantidade de Gás calculada pela Transportadora como nova quantidade diária programada de entrada após a solicitação de alteração de programação intradiária no âmbito do respectivo Contrato de Transporte.

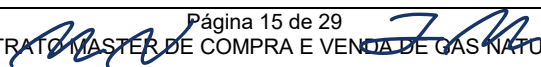
CLÁUSULA 13 – INADIMPLEMENTO, RESOLUÇÃO E INDENIZAÇÃO

13.1. **Eventos de Inadimplemento.** A ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses constituirá Evento de Inadimplemento de qualquer das Partes:

- (a) não pagamento, por qualquer das Partes, no todo ou em parte, do valor incontroverso correspondente a qualquer Documento de Cobrança que lhe seja apresentado pela outra Parte em razão deste Contrato até a data de seu vencimento, ou, quanto aos valores controversos, o não cumprimento por qualquer das Partes do estabelecido no item 9.3;
- (b) dissolução, liquidação, pedido de recuperação judicial, pedido de homologação de recuperação extrajudicial ou decretação de falência da Parte;
- (c) perda de qualquer das licenças, concessões ou autorizações necessárias ao cumprimento do objeto deste Contrato;
- (d) violação da Cláusula 18 – Governança;
- (e) cessão parcial ou total a terceiros dos direitos e obrigações deste Contrato, em desacordo com a CLÁUSULA 16 – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES.
- (f) descumprimento substancial pelas Partes das obrigações estabelecidas neste Contrato, formalizado pelo envio de Notificação da Parte adimplente à Parte inadimplente, caracterizando tal descumprimento.

13.2. **Resolução do Contrato Sem Período de Saneamento.** Caracterizado um Evento de Inadimplemento de qualquer das Partes dentre os listados nas alíneas (b) e (d) do item 13.1, a Parte que esteja adimplente poderá requerer a resolução do Contrato mediante envio de Notificação, com 10 (dez) DIAS de antecedência da data prevista para a resolução do Contrato.

13.3. **Resolução do Contrato Após Período de Saneamento.** Caracterizado um Evento de Inadimplemento de qualquer das Partes dentre os listados nas alíneas (a), (c) (f) e (e) no item 13.1, a Parte que esteja adimplente enviará Notificação à outra Parte para que esta possa sanar tal inadimplemento no prazo de 30 (trinta) Dias contados do recebimento da referida Notificação, caso o evento seja sanável.



13.3.1. Sem prejuízo do disposto no item 13.3, enquanto o Evento de Inadimplemento não seja totalmente sanado, a Vendedora poderá suspender a venda de Quantidades de Gás no âmbito deste Contrato, mediante Notificação da Compradora enviada com 24h (vinte e quatro horas) antecedência da data prevista para a suspensão. Eventual tolerância pela Vendedora em suspender a entrega de Gás não significará renúncia de tal direito, podendo tal suspensão se iniciar a qualquer momento, enquanto perdure o Evento de Inadimplemento.

13.3.2. Independentemente de a Vendedora suspender ou não a entrega de Gás em razão de um Evento de Inadimplemento da Compradora, a Compradora continuará obrigada a cumprir com suas obrigações vencidas do Contrato.

13.3.3. Uma vez sanado qualquer Evento de Inadimplemento notificado conforme item 13.3, as obrigações das Partes no Contrato serão reestabelecidas e as Partes não terão o direito de resolver o Contrato com base em tal inadimplemento.

13.3.4. Na hipótese do item 13.3, a Parte que esteja adimplente poderá requerer a resolução do presente Contrato desde que (i) tenha transcorridos o prazo de 30 (trinta) Dias estabelecido no item 13.3 sem que o inadimplemento tenha sido sanado; e (ii) mediante envio de Notificação à Parte inadimplente, com no mínimo 10 (dez) Dias de antecedência da data prevista para resolução do Contrato.

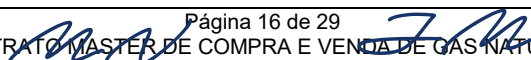
13.4. **Indenização por Resolução.** Na hipótese de resolução deste Contrato, a Parte inadimplente deverá pagar à outra Parte, como indenização única e aplicável, o valor apurado conforme abaixo:

$$VInd = 0,3 \times QDCM \times DF \times PG, \text{ onde:}$$

<i>VInd</i> :	É o valor de indenização a ser pago pela Parte inadimplente à outra Parte em R\$.
<i>QDC_M</i> :	É a Quantidade Diária Contratada (QDC) vigente na data da efetiva resolução do Contrato.
<i>DF</i> :	É a quantidade de Dias faltantes para o término do Período de Fornecimento em questão.
<i>PG</i> :	Corresponde ao Preço do Gás vigente na data da efetiva resolução do CONTRATO.

13.5. Sem prejuízo dos itens 13.8 e 13.9 abaixo, e exceto no caso de resolução do Contrato nas hipóteses previstas no item 13.11.3, quando não há limite para a indenização devida, as Partes acordam que o valor estipulado no item 13.4 representa a totalidade de indenização exigível da Parte inadimplente, ainda que maior seja o montante das eventuais perdas e danos. Efetuado o pagamento, nada mais haverá a pleitear extrajudicialmente ou judicialmente.

13.6. A Parte adimplente emitirá Documento(s) de Cobrança à Parte(s) inadimplente(s) com o valor correspondente à indenização por resolução do Contrato prevista no item 13.4, detalhando o seu cálculo. O Documento de Cobrança deverá ser pago em até 30 (trinta) Dias após a data de sua emissão.



13.7. **Resolução por Mútuo Acordo.** Adicionalmente às hipóteses previstas nessa Cláusula, o presente Contrato poderá ser resolvido, sem responsabilidade alguma de qualquer Parte perante a outra Parte, (i) por mútuo acordo das Partes; ou (ii) por qualquer das Partes, mediante envio de Notificação por escrito à outra Parte, nas seguintes ocorrências:

- a) pela demora ou recusa na concessão de qualquer ato governamental, em prazo superior a 12 (doze) Meses, que afete diretamente o cumprimento das obrigações de cada Parte;
- b) pela impossibilidade de consumo e/ou de fornecimento de GÁS em razão de Caso Fortuito ou Força Maior por um período continuado maior que 12 (doze) Meses; e
- c) pela impossibilidade de sobrevida do Contrato, em função de determinação legal.

13.8. **Efeitos da Resolução.** A resolução deste Contrato, nos termos previstos nesta Cláusula, não eximirá as Partes do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra Parte até a data de tal resolução e tampouco prejudicará ou afetará as previsões deste Contrato sobre sigilo e confidencialidade, incidências tributárias, solução de controvérsias, conduta das Partes e as que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução.

13.9. **Rescisão imotivada.** A Parte que desejar rescindir imotivadamente o presente instrumento antes do término do prazo de vigência aqui previsto deverá Notificar a Parte contrária com 180 (cento e oitenta) Dias de antecedência, sem prejuízo aos compromissos assumidos em Notificações de Confirmação vigentes.

13.10. O inadimplemento de qualquer das Partes em quaisquer outros contratos celebrados por elas não será considerado inadimplemento no âmbito deste Contrato nem ocasionará a sua resolução, a aplicação de penalidade de qualquer natureza ou a suspensão de quaisquer obrigações aqui previstas.

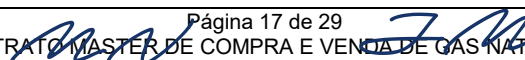
13.11. Responsabilidade e Indenização. Observadas as limitações de responsabilidade estipuladas neste Contrato, as Partes deverão proteger, defender, indenizar, manter indene e resguardar uma à outra contra todas as responsabilidades, perdas, danos, custos e despesas, bem como reivindicações, ações, demandas, reclamações, queixas e representações de qualquer natureza apresentadas por terceiros, incluindo reivindicações em relação à cobrança de tributos, em decorrência da ação ou omissão da Parte indenizadora em violação às suas obrigações previstas neste Contrato ou às Leis aplicáveis.

13.11.1. Nenhuma Parte será responsabilizada perante a outra Parte, em qualquer hipótese, por quaisquer danos indiretos, lucros cessantes, perdas de receita ou de oportunidade, danos punitivos ou consequenciais.

13.11.2. Cada Parte deverá ser responsável pelos atos ou omissões de seus representantes, subcontratados ou afiliadas atuando em seu benefício.

13.11.3. Nenhuma limitação de responsabilidade prevista neste Contrato, inclusive no que diz respeito ao item 13.11.1, se aplicará às hipóteses previstas abaixo:

- (i) Dolo da Parte indenizadora na conduta que tenha resultado no dano indenizável no âmbito deste Contrato;
- (ii) Descumprimento pela Parte indenizadora da Lei ambiental ou Lei anticorrupção.



CLÁUSULA 14 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

14.1 Caracteriza-se como Caso Fortuito ou Força Maior qualquer evento ou circunstância que afete qualquer uma das Partes nos termos do artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro.

14.2 Abrangência: Sem prejuízo do disposto no item 14.1 e da existência de quaisquer outros eventos de Caso Fortuito ou Força Maior que afetem qualquer das Partes, fica desde já aceito e reconhecido como evento de Caso Fortuito ou Força Maior qualquer evento que afete o cumprimento das obrigações de qualquer contrato celebrado pela Vendedora com terceiros referente ao transporte e/ou à compra e venda de gás natural, necessário ao fornecimento do gás natural objeto deste Contrato, e que seja comprovadamente caracterizado como Caso Fortuito ou Força Maior, conforme definido nesta cláusula.

CLÁUSULA 15 – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO

15.1. Diante de quaisquer controvérsias concernentes à interpretação ou à execução do Contrato, as Partes, antes de qualquer outra medida, envidarão os seus melhores esforços para solucionar amigavelmente, por meio de negociação, qualquer Disputa decorrente ou relacionada com o Contrato, inclusive quanto à sua interpretação ou execução. A negociação terá duração de 30 (trinta) Dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta) Dias, contados a partir da Notificação de qualquer das Partes acerca da ocorrência da Disputa.

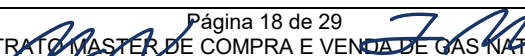
15.2. Caso a disputa não seja solucionada de forma amigável, nos termos do item 15.1, qualquer das Partes poderá instaurar procedimento de Mediação.

15.3. **Mediação.**

- a) Antes de instaurar procedimento de Arbitragem, deverá ser instaurado um procedimento de Mediação, a ser iniciado por qualquer uma das Partes. Tal Mediação será administrada pela Câmara e instaurada e realizada na forma do regulamento de Mediação da Câmara e da Lei 13.140/15.
- b) O mediador deverá ser escolhido de comum acordo pelas Partes nos termos do regulamento de Mediação da Câmara. Caso as Partes não cheguem a um consenso sobre a nomeação do mediador, a escolha deverá ser feita pela Câmara, nos termos do seu regulamento de Mediação.
- c) A primeira reunião de Mediação deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) Dias corridos, contados da nomeação do mediador, e deverá ser realizada na cidade de Salvador, Estado da Bahia, Brasil.

15.4. **Peritagem.**

- a. Ao final da Mediação, caso seja identificado que o mérito da controvérsia versa sobre uma questão eminentemente técnica (e.g., medição, condições de pressão, aferição de equipamentos etc.) ou que para resolução do mérito da controvérsia se faz necessário a elucidação de uma



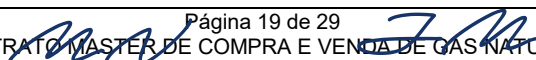
questão técnica, as Partes darão início, no prazo de 10 (dez) Dias contados do término da Mediação, a um procedimento de Peritagem, na forma prevista nos itens abaixo. Caso não haja acordo entre as Partes no sentido de se a resolução de certa controvérsia envolve questão técnica a ser apreciada por meio da Peritagem, cada uma das Partes consignará à outra, por escrito, os motivos pelos quais entende ser cabível ou não o procedimento de Peritagem. Após isto, qualquer uma das Partes poderá submeter a controvérsia (como um todo e não apenas naquilo que concerne o cabimento ou não da Peritagem) à Arbitragem. Caso no curso da Arbitragem seja deferida produção de prova pericial que verse sobre questão que poderia ter sido submetida previamente à Peritagem, a Parte que consignou sua posição pela inaplicabilidade da Peritagem sobre a matéria controversa deverá arcar com todos os custos da perícia na Arbitragem. Além disso, o Tribunal Arbitral ou Árbitro Único, conforme o caso, deverá considerar tal comportamento da Parte como protelatório e levar tal fato em consideração na sua decisão final.

b. Entendendo-se que a Peritagem é aplicável à controvérsia, as Partes deverão, no prazo de 30 (trinta) Dias contados do término da Mediação, eleger o Perito responsável pelo exame da matéria controvertida, os termos do instrumento de nomeação do Perito no qual deverá ser consignada a matéria controversa e os quesitos a serem respondidos pelo Perito e o valor máximo que se pagará como honorários do Perito.

c. Se dentro do prazo definido no subitem precedente as Partes não chegarem a um consenso sobre o Perito a ser designado, os termos do instrumento de contratação, os honorários a serem pagos ou o Perito escolhido pelas Partes não aceitar o encargo, ter-se-á como findo o procedimento de Peritagem e qualquer uma das Partes poderá dar início ao procedimento de Arbitragem, tendo por objeto a controvérsia como um todo.

15.4.1. Nomeado o Perito e firmado o termo de sua contratação, proceder-se-á com a elaboração do laudo, devendo ser observado o seguinte. O Perito:

- i. apurará com imparcialidade a controvérsia, baseando-se tão somente nos fatos e dados apresentados pelas Partes ou documentos técnicos públicos;
- ii. decidirá a controvérsia no prazo e limites determinados pelas Partes;
- iii. manterá e diligenciará pela confidencialidade;
- iv. notificará previamente à outra Parte, qualquer reunião que tencione realizar com uma Parte, facultando àquela outra a participação no referido encontro;
- v. determinará um prazo para envio de documentos pelas Partes e findo tal prazo ignorará todas as informações a ele remetidas, salvo as enviadas para atendimento a um pedido específico.
- vi. poderá requerer às Partes quaisquer informações adicionais que considere necessárias ao



juízoamento da controvérsia.

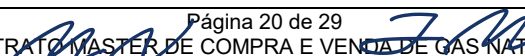
15.4.2. Cada Parte terá, em relação ao Perito e à outra Parte, as seguintes obrigações e prerrogativas durante o procedimento de Peritagem:

- vii. enviar ao Perito, no prazo por ele fixado, os documentos com as informações necessárias ao juízoamento da controvérsia;
- viii. dispor para o Perito, no prazo máximo de 10 (dez) Dias da solicitação, todas as informações adicionais específicas que o Perito julgue necessárias ao desenvolvimento de seu trabalho;
- ix. enviar simultaneamente à outra Parte cópias dos documentos com as informações a que se referem as duas alíneas precedentes;
- x. arcar com os respectivos custos para envio das informações ao Perito e à outra Parte, bem como com as despesas com advogados, consultores, testemunhas, empregados e outras pessoas envolvidas nesse processo, conforme a necessidade individual de cada Parte;
- xi. arcar com 50% (cinquenta por cento) dos custos e despesas comuns de Peritagem, entre os quais honorários do Perito;
- xii. participar de quaisquer reuniões do Perito com a outra Parte;
- xiii. comentar ou contestar informações enviadas pela outra Parte ao Perito, desde que o faça por escrito e no prazo de 14 (quatorze) Dias de recebimento de tais informações.

15.4.3. Ao término do procedimento de Peritagem, que se dará com a entrega do laudo final pelo Perito, as Partes deverão no prazo de 10 (dez) Dias decidir se iniciarão novo procedimento de Mediação, com o mesmo mediador do primeiro procedimento, levando-se em consideração, agora, o laudo apresentado pelo Perito.

15.4.4. Caso decidam por não proceder com nova Mediação, quaisquer das Partes poderá dar início à Arbitragem sendo que do Termo de Arbitragem deverá constar que (i) o laudo produzido na Peritagem será considerado como prova na Arbitragem e às Partes será vedado solicitar perícia que verse sobre a matéria tratada na Peritagem, ressalvada a possibilidade de realização de nova perícia por determinação do Tribunal Arbitral, e neste caso, apresentação de laudos técnicos elaborados por assistentes técnicos das Partes; e (ii) os custos incorridos por uma Parte na Peritagem deverão ser reembolsados pela Parte perdedora da Arbitragem, devendo tal reembolso constar da Sentença Arbitral. Após a decisão final, a Parte vencedora será reembolsada, pela Parte perdedora, de todos os custos em que comprovadamente tiver incorrido para realizar a Peritagem, incluindo os honorários do Perito.

15.5. A **Arbitragem** será conduzida de acordo com o regulamento de Arbitragem da Câmara, exceto naquilo que tais regras estiverem em conflito com qualquer disposição do Contrato,



hipótese na qual prevalecerão as disposições do Contrato, e será realizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

15.5.1. A Arbitragem será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por equidade ou com base em usos e costumes.

15.5.2. O idioma de Arbitragem e da sua decisão será o português.

15.5.3. Os Árbitro(s) serão nomeados da seguinte forma:

- (i) Caso o valor em disputa na Arbitragem a ser instituída não exceda o montante de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a Arbitragem deverá ser conduzida e julgada por Árbitro Único. A Secretaria da Câmara solicitará às Partes que nomeiem, no prazo de 15 (quinze) Dias, o Árbitro Único para atuar no procedimento arbitral. O Árbitro Único deverá ser indicado por consenso entre as Partes. Não havendo consenso, a Diretoria da Câmara encaminhará lista composta de 5 (cinco) nomes para que as Partes procedam da seguinte forma:
 - (a) cada Parte deverá, separadamente, no prazo comum de 5 (cinco) Dias Úteis, apresentar manifestação observando o que se segue: (i) cada Parte poderá retirar da lista até 2 (dois) profissionais em relação aos quais tenha eventual objeção, sem necessidade de justificativa; (ii) os nomes dos profissionais remanescentes devem ser apresentados em ordem de preferência para indicação de Árbitro Único (ex.: um ponto para o primeiro nome de preferência, dois pontos para o segundo nome de preferência e assim por diante);
 - (b) recebidas as listas com as ordens de preferência das Partes, cada profissional terá sua pontuação somada, de acordo com a ordem de preferência apresentada por cada uma das PARTES; e
 - (c) o profissional indicado que obtiver a menor pontuação dentre a soma das ordens de preferência será nomeado o Árbitro Único. Em caso de empate, caberá ao presidente da Câmara apontar o Árbitro Único.
- (ii) Caso o valor em disputa na Arbitragem a ser instituída exceda o montante de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a Arbitragem deverá ser conduzida e julgada por um Tribunal Arbitral, a ser constituído por 3 (três) membros, observando-se as seguintes disposições:
 - (a) A Parte que queira suscitar a controvérsia apresentará requerimento de instauração de Arbitragem à Câmara, nos termos do Regulamento de Arbitragem da Câmara, indicando o objeto da controvérsia e informando o nome de seu Árbitro ("Primeiro Árbitro").



- (b) Dentro de 14 (quatorze) Dias do recebimento da Notificação da Câmara nesse sentido, a outra Parte responderá o pedido de instauração da Arbitragem e indicará o nome de seu Árbitro ("Segundo Árbitro").
- (c) Dentro de 14 (quatorze) Dias da nomeação do Segundo Árbitro, ambos os Árbitros elegerão um terceiro árbitro ("Terceiro Árbitro"), que presidirá os trabalhos.
- (d) Se não houver consenso sobre o Terceiro Árbitro, sua indicação ficará a cargo da Câmara.

15.5.4. Na hipótese de as Regras do Regulamento de Arbitragem da Câmara serem omissas quanto a quaisquer aspectos procedimentais, as omissões serão supridas pelo Tribunal Arbitral ou Árbitro Único, conforme o caso, por referência, nesta ordem:

- (a) À Lei Nº 9.307 de 23/09/1996, que dispõe sobre a Arbitragem.
- (b) Ao Código de Processo Civil Brasileiro.

15.5.5. No prazo de 60 (sessenta) DIAS contados da apresentação das alegações finais das Partes, o Tribunal Arbitral apresentará a Sentença Arbitral. No caso de Arbitragem com Árbitro Único, este apresentará a Sentença Arbitral em até 30 (trinta) Dias contados da apresentação das alegações finais das Partes.

15.5.6. A Sentença Arbitral deverá atender todos os requisitos da Lei Nº 9.307 de 23/09/1996 e detalhará e qualificará as responsabilidades da(s) Parte(s), bem como indicará a fração dos honorários e despesas e custos de Arbitragem imputados a cada Parte. Será emitida por escrito no Brasil e será vinculante para as Partes. Será irrecorrível, observados os termos da Lei.

15.5.7. Não obstante o disposto nesta Cláusula, cada uma das Partes se reserva ao direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de:

- (a) Assegurar a instituição da Arbitragem.
- (b) Obter medidas cautelares de proteção de direitos, previamente à instituição da Arbitragem, devendo, não obstante tal fato, o mérito da questão ser decidido em Arbitragem, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia à Arbitragem.
- (c) Executar qualquer decisão da Arbitragem, inclusive, mas não exclusivamente, da Sentença Arbitral.
- (d) Pleitear a nulidade da Sentença Arbitral, nas hipóteses permitidas em Lei.

15.6. **Foro.**



Na hipótese de as Partes recorrerem ao Poder Judiciário, quando permitido por este Contrato, as Partes poderão recorrer ao foro da Comarca de Fortaleza, Estado do Ceará, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste instrumento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA 16 – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

16.1 Este Contrato somente poderá ser cedido por uma Parte mediante prévio e expresso consentimento da outra Parte.

16.2 Ambas as Partes estão previamente autorizadas a (i) ceder este Contrato a qualquer Afiliada ou (ii) ceder ou dar em garantia, a qualquer título, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos deste Contrato, aplicando-se, nessa hipótese, todas as demais disposições legais a respeito da matéria, sem necessidade de anuência prévia da outra Parte.

16.3 A Parte cedente será a única obrigada ao cumprimento das obrigações contratuais constituídas e vencidas porventura existentes até o momento da cessão.

CLÁUSULA 17 – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

17.1 As Partes se obrigam, pelo prazo de duração do Contrato e suas eventuais prorrogações e adicionalmente por 5 (cinco) anos após o seu término, a manter todas as informações referentes a qualquer aspecto do Contrato em sigilo, que lhes forem transmitidas ou obtidas em razão deste.

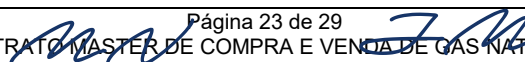
17.1.1 As Partes se responsabilizam, para fins de sigilo, pelas informações referentes a qualquer aspecto do Contrato divulgadas por si, sucessores e representantes.

17.1.2 São consideradas sigilosas e confidenciais todas as informações fornecidas, independentemente de expressa menção quanto ao seu sigilo e confidencialidade.

17.2 O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade importará, em qualquer hipótese, na responsabilidade civil por perdas e danos que a Parte infratora venha a causar à outra Parte.

17.3 Só serão legítimos como motivos de exceção à obrigatoriedade de sigilo a ocorrência de descumprimento nas seguintes hipóteses:

- (a) a informação já era comprovadamente conhecida e de domínio público anteriormente à sua divulgação por forma legal e legítima ou venha a se tornar pública posteriormente, sem que a revelação seja feita indevidamente pela Parte receptora da informação confidencial às tratativas de contratação, sejam elas diretas ou através de procedimento legal.
- (b) ter havido prévia e expressa anuência da Parte titular da informação, mediante autorização da maior autoridade do órgão responsável pelo Contrato, quanto à liberação da obrigação de sigilo e confidencialidade relativamente àquela informação.
- (c) a informação foi comprovadamente obtida por outra fonte, de forma legal e legítima.
- (d) determinação judicial, legal e/ou solicitação de órgão público que quaisquer das Partes estejam subordinadas ou vinculadas, desde que requerido segredo de justiça no seu trato judicial e/ou administrativo, devendo ainda a Parte que divulgou a informação dar ciência à outra Parte.
- (e) para qualquer órgão público, desde que exigido por Lei.



- (f) a informação tenha sido desenvolvida pela Parte ou por uma de suas Afiliadas independentemente da informação contida e liberada para tal Parte nos termos do Contrato.

CLÁUSULA 18 – GOVERNANÇA

18.1 Saúde Ocupacional, Meio Ambiente e Proteção ao Usuário Final: As Partes se comprometem a observar as normas legais e regulatórias relacionadas ao transporte e à distribuição de gás natural, além de envidar esforços para a adoção das melhores práticas da indústria internacional de gás natural e obediência às normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes, visando à garantia de:

- (a) segurança operacional, através do emprego de métodos e processos que assegurem a segurança ocupacional, a saúde ocupacional do trabalhador e a prevenção de acidentes operacionais;
- (b) preservação do meio ambiente e respeito às populações, através da adoção de tecnologias e procedimentos associados à prevenção e à mitigação de danos ambientais;
- (c) proteção e segurança do Usuário Final quando da utilização do gás natural.

18.2 Vedação ao Nepotismo e das Práticas Anticorrupção: A Compradora não poderá manter, durante a execução do Contrato, administrador ou sócio com poder de direção que seja cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de empregado(a) da Vendedora detentor(a) de função de confiança: (i) que autorizou a contratação; (ii) que assinou o Contrato; (iii) responsável pela demanda; (iv) responsável pela contratação; (v) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela demanda; (vi) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela contratação.

18.3 Conduta das Partes: Em relação às operações, serviços e outras atividades relativas a este Contrato:

- (a) Cada Parte declara, garante e se compromete que ela e os membros do seu Grupo (i) não realizaram, ofereceram, prometeram ou autorizaram, bem como (ii) não realizarão, oferecerão, prometerão ou autorizarão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer autoridade ou funcionário público, partido político, representante de partido político, candidato a cargo eletivo ou qualquer outro indivíduo ou entidade, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem constituir violação à Lei 12.846/13, ao *United States Foreign Corrupt Practices Act* de 1977 ou ao *United Kingdom Bribery Act* (coletivamente denominados as "Leis Anticorrupção"). Para os efeitos desta cláusula, "Grupo" significa, em relação a cada uma das Partes, suas controladoras, controladas, sociedades sob controle comum, seus administradores, diretores, prepostos, empregados, subcontratados, representantes e agentes.
- (b) Cada Parte declara, garante e se compromete que ela e os membros do seu Grupo cumprirão as Leis Anticorrupção.
- (c) Adicionalmente, nas atividades econômicas e financeiras relativas a este Contrato, cada Parte declara e garante que ela e os membros do seu Grupo não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou dissimularam a sua natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade, e



cumprirão as demais normas referentes a lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, as condutas descritas na Lei 9.613/98 e demais legislações aplicáveis à Parte.

(d) Cada Parte declara, garante e se compromete que ela e os membros do seu Grupo não pagaram ou pagarão, diretamente ou indiretamente por meio de qualquer pessoa ou entidade, quaisquer taxas, comissões ou reembolsos à outra Parte ou aos membros do Grupo da outra Parte, bem como que não ofereceram, prometeram, autorizaram ou entregaram, tampouco oferecerão, prometerão, autorizarão ou entregarão à outra Parte ou aos membros do Grupo da outra Parte, qualquer presente ou entretenimento de forma a influenciar ou induzir qualquer ação ou omissão em relação a este Contrato.

(e) Cada Parte declara, garante e se compromete que não utilizou ou utilizará broker, agente, consultor ou qualquer outro intermediário na solicitação, obtenção, negociação, estruturação ou execução do presente Contrato ou em qualquer assunto relacionado a este Contrato, quando a utilização de tal broker, agente, consultor ou intermediário faça com que a Parte viole os compromissos assumidos nesta cláusula ou quando as ações de tal broker, agente, consultor ou intermediário caracterizem qualquer infração deste item 18.3.

(f) As Partes declaram, garantem e se comprometem a possuir políticas e procedimentos adequados em vigor e em relação à ética e conduta nos negócios e às Leis Anticorrupção.

18.3.1 Cada Parte deverá responder com razoável detalhamento e com suporte documental adequado a qualquer solicitação razoável da outra Parte relacionada aos compromissos, garantias e declarações realizadas neste item 18.3, sendo que as Partes não serão obrigadas a apresentar informações protegidas por sigilo legal. Essa obrigação permanecerá válida independentemente do término do Contrato.



18.3.2 Cada Parte ("Parte Indenizante") deverá defender, indenizar e manter a outra Parte isenta de responsabilidade em relação a reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas diretamente decorrentes de qualquer descumprimento dos compromissos e declarações previstas nesta Cláusula pela Parte Indenizante e pelos membros do Grupo da Parte Indenizante. Esta obrigação não se sujeita a qualquer limite de responsabilidade previsto neste Contrato e permanecerá válida independentemente do término do Contrato.

18.3.3 Cada Parte deverá: (i) manter controles internos adequados relacionados às suas obrigações previstas nos itens 18.3 (a), (b) e (c); (ii) elaborar e preparar seus livros, registros e relatórios de acordo com as práticas contábeis usualmente adotadas, aplicáveis à Parte; (iii) elaborar livros, registros e relatórios apropriados das transações da Parte, de forma que reflitam, correta e precisamente, e com nível de detalhamento razoável, os ativos e os passivos da Parte; (iv) manter os livros, registros e relatórios acima referidos pelo período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da vigência do Contrato e (v) cumprir a legislação aplicável.

18.3.4 Cada Parte deverá providenciar, mediante solicitação razoável da outra Parte, um certificado por escrito assinado por representante autorizado no sentido de ter a respectiva Parte cumprido as determinações dos itens 18.3 (a), (b) e (c).

18.3.5 Cada Parte ("Parte Notificante") reportará qualquer solicitação ou oferta, explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita por qualquer membro do Grupo da outra Parte para a Parte Notificante.

18.4 O descumprimento das obrigações previstas nos itens 18.2, 18.3 e seus subitens acarretará a rescisão contratual, sem prejuízo de a Parte afeta requerer indenização pelos danos diretos relacionados ao descumprimento destas obrigações.

CLÁUSULA 19 – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO

19.1 Para todos os efeitos legais derivados do Contrato, as Partes indicam, a seguir, os respectivos domicílios para onde devem ser enviadas as Notificações relacionadas ao Contrato:

(i) PETRORECÔNCAVO S.A.

Hangar Business Park, Torre 3 - Av. Luís Viana Filho, 13223 - Sala 401 - São Cristóvão, Salvador - BA, 41500-300

A/C: Alairson Gonçalves Filho

E-mail: alairson.filho@petroreconcavo.com.br

C/C: Rafaela Campos Furtado

E-mail: rafaela.furtado@petroreconcavo.com.br/gasnatural@petroreconcavo.com.br

(ii) COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS

Av. Washington Soares, nº 6475, José de Alencar, Cidade de Fortaleza - CE, CEP 60830-005

A/C: Thaís de Melo Cunha

E-mail: thais.cunha@cegas.com.br

C/C E-mail: nominacao.suprimento@cegas.com.br

19.2 Serão válidas como Notificação quaisquer trocas de informação de ordem operacional, de uma Parte à outra, desde que realizadas entre os endereços físicos e eletrônicos definidos no item anterior.

19.3 Qualquer uma das Partes terá o direito de modificar seus dados para contato, acima indicados, mediante Notificação transmitida à outra.

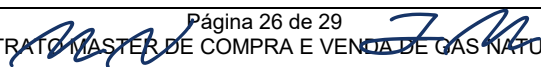
19.4 Qualquer Notificação será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no Contrato de forma diversa.

CLÁUSULA 20 – NOVAÇÃO

20.1 As estipulações previstas no Contrato não constituem novação de ajustes, acordos ou contratos de mesma natureza já existentes entre as Partes, que permanecem inalterados.

20.2 Na eventualidade de uma das Partes deixar de exigir o cumprimento de qualquer obrigação prevista no Contrato, tal prática não constituirá novação ou renúncia expressa ou tácita ao direito de fazê-lo em qualquer oportunidade. Qualquer renúncia ou novação a um direito estabelecido no Contrato só será considerada válida e eficaz mediante manifestação por escrito da Parte renunciante.

20.3 Os eventos abaixo especificados não serão considerados como precedentes capazes de novar, tácita ou expressamente, a Quantidade Diária Contratual (QDC) adotada na Notificação de Confirmação, permanecendo inalterados os direitos e obrigações estabelecidos no Contrato:



- (a) o fornecimento em base contínua ou alternada, pela Vendedora à Compradora, de qualquer Quantidade de Gás abaixo ou acima da Quantidade Diária Contratual (QDC); ou
- (b) a programação de retirada em base contínua ou alternada, pela Compradora, de qualquer Quantidade de Gás abaixo ou acima da Quantidade Diária Contratual (QDC).

CLÁUSULA 21 – DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 Se qualquer disposição deste Contrato for considerada ilegal, inválida, ou inexecutável, de acordo com as Leis em vigor durante a vigência do Contrato, tal disposição será considerada completamente independente do Contrato. O Contrato será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável não o integrasse e as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.

20.1.1 Na hipótese do item 19.1, as Partes, por meio de aditivos ao Contrato, substituirão adequadamente tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável por uma disposição ou disposições outras que, dentro do legalmente possível, deverão aproximar-se do que as Partes entendam ser a disposição original e a finalidade da mesma.


20.2 Este Contrato não poderá ser alterado senão por termo aditivo assinado pelos representantes legais devidamente autorizados de ambas as Partes.

Nos termos da legislação vigente, as Partes expressamente concordam em utilizar e reconhecer como válida a comprovação de anuência aos termos ora acordados em formato eletrônico, incluindo assinaturas eletrônicas em plataforma eleita pelas Partes, ainda que não utilizem de certificado digital emitido no padrão ICP-Brasil. A formalização das avenças na maneira supra acordada será suficiente para a validade e integral vinculação das Partes ao presente instrumento.

SIGNATÁRIO

Joao Vitor Moreira
Data 14/11/2025 07:40

Vice-Presidente Comercial e M&A

SIGNATÁRIO

Rafael Procaci da Cunha
Data 13/11/2025 10:10

vice-presidente financeiro e RI

SIGNATÁRIO

Gustav Souza Costa
Data 12/11/2025 11:06

Gustav Souza Costa
Diretor Técnico e Comercial

DE GÁS DO CEA

SIGNATÁRIO

Miguel Antonio Cedraz Nery
Data 12/11/2025 10:44

Miguel Antonio Cedraz Nery
Diretor-Presidente da CEGÁS

TESTEMUNHAS

SIGNATÁRIO

Thaís de Melo Cunha
Data 12/11/2025 10:47

SIGNATÁRIO

Alairson Gonçalves Filho
Data 12/11/2025 11:52

Nome: Alairson Gonçalves Filho

ANEXO 1**MODELO DE NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO**

Data:	Número:
--------------	----------------

1. Qualificação das Partes

VENDEDORA: [●]	COMPRADORA: [●]
--------------------------	---------------------------

2. Condições de Fornecimento

Ponto de entrada: [●]	Ponto de saída: [●]
Notificação de Transação? [S] / [N]	Quantidade diária contratual: [●]
Período de Fornecimento: [●]	Início de Fornecimento: [●]

3. Condições de Pagamento

Parcela da Molécula: [●] r\$/m ³ .
Parcela do Transporte: [●]
Conta Corrente da Vendedora: [●]
Banco: [●] Agência: [●] Conta: [●]

A presente Notificação de Confirmação constitui parte integrante e indissociável dos Contrato de Compra e Venda de Gás Natural celebrado entre as Partes em [●] ("Contrato").

Expressões e definições usadas na presente Notificação de Confirmação deverão ter o significado atribuído Contrato.

4. Assinaturas**COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS**

Nome: Nome:

Cargo: Cargo:



(INTERESSADA)

Nome: Nome:

Cargo: Cargo:

2

MN

JM

RC

Página de auditoria

Última atualização em 14/11/2025 07:40

Assinaturas realizadas: 6/6

Assinatura Eletrônica com base na lei 14.063/2020 e Regulamento 910/2014/EC



Escaneie o QRCode ao lado ou acesse o link de validação para obter o arquivo assinado e os dados de assinatura no Autentique

Assinaturas presentes no documento

 Gustav Souza Costa Data 12/11/2025 11:06	SIGNATÁRIO	 Miguel Antonio Cedraz Nery Data 12/11/2025 10:44	SIGNATÁRIO	 Thais de Melo Cunha Data 12/11/2025 10:47	SIGNATÁRIO
 Joao Vitor Moreira Data 14/11/2025 07:40	SIGNATÁRIO	 Rafael Procaci da Cunha Data 13/11/2025 10:10	SIGNATÁRIO	 Alairson Gonçalves Filho Data 12/11/2025 11:52	SIGNATÁRIO

Histórico

	12/11/2025 10:43	Waneska F - CEGAS (waneska.ferreira@cegas.com.br, [redacted]) criou este documento
	12/11/2025 11:06	Gustav Souza Costa (gustav.costa@cegas.com.br, [redacted]) visualizou este documento [redacted]
	12/11/2025 11:06	Gustav Souza Costa (gustav.costa@cegas.com.br, [redacted]) assinou este documento [redacted]
	12/11/2025 10:43	Miguel Antonio Cedraz Nery (miguel.nery@cegas.com.br, [redacted]) visualizou este documento [redacted]
	12/11/2025 10:44	Miguel Antonio Cedraz Nery (miguel.nery@cegas.com.br, [redacted]) assinou este documento [redacted]
	12/11/2025 10:46	Thais de Melo Cunha (thais.cunha@cegas.com.br, [redacted]) visualizou este documento [redacted]
	12/11/2025 10:47	Thais de Melo Cunha (thais.cunha@cegas.com.br, [redacted]) assinou este documento [redacted]
	14/11/2025 07:40	Joao Vitor Moreira (joaovitor@petroreconcavo.com.br, [redacted]) visualizou este documento [redacted]
	14/11/2025 07:40	Joao Vitor Moreira (joaovitor@petroreconcavo.com.br, [redacted]) assinou este documento [redacted]
	13/11/2025 10:10	Rafael Procaci da Cunha (rafael@petroreconcavo.com.br, [redacted]) visualizou este documento [redacted]
	13/11/2025 10:10	Rafael Procaci da Cunha (rafael@petroreconcavo.com.br, [redacted]) assinou este documento [redacted]
	12/11/2025 11:51	Alairson Gonçalves Filho (alairson.filho@petroreconcavo.com.br, [redacted]) visualizou este documento [redacted]
	12/11/2025 11:52	Alairson Gonçalves Filho (alairson.filho@petroreconcavo.com.br, [redacted]) assinou este documento [redacted]